

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV - Nº 740 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 13 DE OUTUBRO DE 1998

ELEIÇÕES

■ Marluce Pinto vê fraudes no pleito de RR

A senadora Marluce Pinto disse que as eleições em Roraima foram marcadas pela fraude, mesmo com a introdução do voto eletrônico em todas as seções eleitorais do estado. Segundo ela, não faltaram meios aos políticos inescrupulosos para burlar as urnas eletrônicas.

PÁGINA 3

■ Amin diz que estados devem ajustar folhas

O futuro governador de Santa Catarina, senador Esperidião Amin, afirmou, em discurso no plenário, que o momento é de controlar e reduzir as despesas públicas. Ele lamentou que vários estados não cumpram a Lei Camata, gastando mais de 60% das receitas correntes com a folha de funcionários.

PÁGINA 3

■ Patrocínio celebra eleição de Siqueira

O senador Carlos Patrocínio acredita que a população do Tocantins "reconheceu o trabalho e a seriedade" do candidato do PFL ao governo do estado, Siqueira Campos, reelegendo-o com mais de 61% dos votos. "Foi uma verdadeira aclamação popular", disse Patrocínio.

PÁGINA 3

Termina hoje discussão da PEC que fixa gastos das câmaras

Proposta que vincula despesas dos legislativos municipais a percentuais da receita dos municípios deverá ficar pronta para ser votada pelo plenário, caso não receba novas emendas

PÁGINA 3

Proposta em debate hoje no plenário do Senado é uma emenda constitucional do senador Esperidião Amin, com substitutivo de Jefferson Péres. Os municípios só poderão gastar com a manutenção de suas câmaras de vereadores percentuais da receita tributária que variam de 6% a 8%, conforme a população



CCJ analisa nomes de juizes do TST

PÁGINA 3



Guerra assume vaga de Sarney

Com a licença do senador José Sarney, o suplente Paulo Guerra foi empossado sexta-feira no Senado. Ex-deputado federal, professor e técnico em Administração e Planejamento Educacional, ele é do PMDB e representa o Amapá. PÁGINA 4

Seca deixa Tocantins em calamidade

São grandes os prejuízos sofridos pela pecuária e a economia em geral do Tocantins, em virtude da prolongada seca e das queimadas que destruíram as pastagens e mataram o gado no estado nesta época do ano. A denúncia é do senador Leomar Quintanilha, que culpou o *El Niño* pela estiagem.

PÁGINA 4

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h - Saúde Todo Dia - Atividade: Yoga.
6h30 - Especial/UNIP - Assunto: Futuro da Pesquisa no Brasil - 2ª parte.
6h55 - Senado em Pauta
7h - Saúde Todo Dia - Atividade: Ginástica Restauradora.
7h30 - Especial Unip - Assunto: Pediatria - 2ª parte.
7h55 - Senado em Pauta
8h - Saúde Todo Dia - Atividade: Yoga.
8h30 - Congresso Hoje
8h45 - Senado em Pauta
9h - Cores do Brasil - Em destaque, Paraná.
9h30 - Entrevista - O coordenador de Ciência e Tecnologia da Unesco, Cláudio Menezes, fala sobre os aspectos éticos, legais e sociais do uso da informática, e em especial da Internet.
9h55 - Senado em Pauta
10h - Cores do Brasil - Em destaque, Linha Verde da Bahia.
10h30 - Saúde Todo Dia - Atividade: Ginástica Restauradora.
10h55 - Senado em Pauta
11h00 - Especial Unip - Assunto: Enfisma.
11h30 - Espaço Cultural - Apresentando o artista plástico Ney Garcez.
11h55 - Senado em Pauta
12h - Cores do Brasil - Em destaque, Curitiba.
12h30 - Entrevista - com o coordenador de Ciência e Tecnologia da Unesco, Cláudio Menezes.
12h55 - Senado em Pauta
13h - Cores do Brasil - Em destaque, a Serra dos Órgãos.

13h30 - Especial Dom Pedro I
13h55 - Senado em Pauta
14h - Cores do Brasil - Em destaque, o Rio de Janeiro.
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo) - Deliberativa. Em discussão: Proposta de Emenda à Constituição que limita gastos com câmaras municipais.
18h30 - Entrevista - com o coordenador de Ciência e Tecnologia da Unesco, Cláudio Menezes.
19h30 - Especial Dom Pedro I
20h30 - Jornal do Congresso
20h45 - Senado em Pauta
21h - Palestra - Ginástica Cerebral
21h55 - Senado em Pauta
22h - Plenário (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte / Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul / Sudeste"
Em seguida - Música e informação
0h - Reprise da sessão plenária
Em seguida música e informação

Cabral destaca conquista do Nobel por Saramago

Senador propõe moção de aplauso ao escritor que "conseguiu escancarar a porta do idioma português para o mundo"

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) apresentou sexta-feira requerimento propondo uma moção de aplauso ao escritor português José Saramago, premiado pela Real Academia Sueca com o Prêmio Nobel de Literatura. A iniciativa de Cabral recebeu as adesões dos senadores Nabor Júnior (PMDB-AC), Bello Parga (PFL-MA) e Paulo Guerra (PMDB-AP). O requerimento será examinado pela Co-



Cabral recebeu apoio de vários senadores

missão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Cabral lembrou o fato de o próprio Saramago ter registrado que o prêmio não era apenas uma homenagem a um escritor, mas o reconhecimento da importância do idioma português. E afirmou que o escritor conseguiu "escancarar a porta do idioma português para o mundo".

Para o senador Nabor Júnior, a

iniciativa de Cabral representa o sentimento de todos os senadores. "O reconhecimento a Saramago se estende também ao nosso país, já que falamos o mesmo idioma", justificou.

Bello Parga, por sua vez, acrescentou que a população do Maranhão estava especialmente satisfeita com o novo Nobel de Literatura, principalmente por sediar, em São Luís, o Instituto da Língua Portuguesa.

Paulo Guerra afirmou que "Saramago representa hoje o símbolo inequívoco do reconhecimento em favor dessa Flor do Lácio tão decantada em prosa e verso".

Comunicação legislativa será tema de seminário

A troca de informações a respeito da divulgação nos vários níveis do Poder Legislativo é o objetivo do I Seminário de Comunicação Legislativa, que o Senado realiza de 16 a 18 de novembro, no Auditório Petrônio Portella. Devem participar do encontro cerca de 150 profissionais da área de comunicação dos parlamentos brasileiros, além de assessores dos Poderes Executivo e Judiciário.

O diretor da Coordenação de Relações Públicas do Senado, Vinícius Becker, lembra que já há em diversos legislativos experiências interessantes de divulgação do trabalho parlamentar. "Procuramos inserir algumas delas no evento. O seminário é uma forma de estabelecer uma linha de diálogo entre as diversas casas legislativas e aprender com as experiências inovadoras", observa.

Rádio Senado disponibiliza informativos

Os noticiários regionais produzidos pela Rádio Senado, destinados aos ouvintes do Nordeste, Sul/Sudeste e Norte/Centro-Oeste, estão à disposição de qualquer emissora interessada em retransmiti-los. De segunda a sexta-feira, os noticiosos trazem entrevistas com os senadores de cada região, abordando problemas de seus estados.

Para ter acesso aos programas, as emissoras podem ligar gratuitamente para o telefone 0800-614455 e gravar os informativos ou ainda acessar o sistema Radiosat Digital (funciona no satélite B2 da Embratel). Mais detalhes pelos telefones (061) 311-1238 e 311-1239.

Pelo sistema Radiosat Digital as rádios de todo o país têm à disposição a programação da Senado FM, inclusive todos os debates das comissões e do plenário.

Ignácio quer reduzir fraudes com cartões

Projeto de lei de autoria do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) determina a obrigatoriedade de todos os cartões de crédito apresentarem o número da identidade de seu titular, a fim de reforçar a segurança nas transações. Com a medida, o senador espera prevenir fraudes e o uso indevido de cartões extraviados.

A proposta está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para deliberação em caráter terminativo. Com isso, caso venha a ser aprovada na comissão, poderá seguir diretamente para apreciação pela Câmara dos Deputados, se não houver recurso para exame pelo plenário.

Relator da matéria, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) manifestou-se favorável a sua tramitação, em termos de "constitucionalidade e juridicidade".

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Termina discussão sobre gastos das câmaras

Substitutivo apresentado por Jefferson Péres à proposta de Esperidião Amin determina que despesas dos legislativos municipais não poderão ultrapassar 8% da receita tributária e das transferências constitucionais de recursos

CCJ analisa nomes para vagas no TST

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se em audiência pública amanhã, a partir das 10h, para sabatinar dois candidatos à recondução ao cargo de ministro classista temporário do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Também serão sabatinados dois suplentes de ministro classista temporário, todos indicados pelo presidente da República. Os cargos têm mandato de três anos, no período de 1998 a 2001.

Os candidatos indicados para a recondução são Leonaldo Silva e Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo, e para



Também está na pauta da comissão emenda que prorroga os mandatos de prefeitos

a suplência, Maria de Fátima Montandon Gonçalves e José Alberto Rossi, todos os quatro representando os trabalhadores.

Os senadores que compõem a CCJ ainda apreciarão extensa pauta, onde se destaca a proposta de emenda à Constituição, de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT), que permite

a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no Brasil. A proposta tem parecer favorável do relator Jefferson Péres (PSDB-AM), com voto contrário em separado do senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Também está na pauta proposta do senador Esperidião Amin (PPB-SC) estabelecendo que os pleitos eleitorais coincidam em todos os níveis de governo. Para isso, a proposta prevê a prorrogação dos mandatos de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, para que as eleições possam coincidir com as eleições para presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais.

Os senadores encerram na sessão deliberativa de hoje o primeiro turno de discussões da proposta de emenda constitucional que limita os gastos dos legislativos municipais. O projeto, de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC), fixa limites para as despesas das câmaras de vereadores, que não podem ultrapassar certos percentuais da soma da receita e das transferências tributárias.

O cálculo das despesas incluirá a remuneração dos parlamentares. Pela emenda, o desrespeito ao limite de gastos configura crime de responsabilidade.

A proposta recebeu substitutivo do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) fixando os limites em 8% da receita total em municípios com população inferior a 100 mil habitantes, 7% para aqueles com população entre

100 mil e um milhão de habitantes e 6% para cidades com população acima disso.

Com a proposta de emenda, Amin espera adequar os gastos dos legislativos municipais à realidade sócio-econômica das cidades brasileiras, trazendo benefícios às populações e às administrações. "A proposta permitirá que esses recursos sejam aplicados em áreas de maior carência", prevê o senador. Na opinião de Amin, não se pode mais permitir que as prefeituras comprometam boa parte de sua receita com a remuneração de vereadores.

Depois de discutida em cinco sessões, a proposta pode ser votada pelo plenário. No entanto, caso algum senador apresente emenda, a matéria vai à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Momento é de cuidar das finanças públicas, diz Amin

Eleito governador de Santa Catarina no primeiro turno, o senador Esperidião Amin (PPB) disse encarar com naturalidade os cortes previstos nas despesas da União e dos estados. Para ele, "esta é a hora da verdade" e ninguém deve se escandalizar com a necessidade de ajuste nas finanças públicas.

— Há estados que não cumprem a Lei Camata, gastando muito mais do que os 60% das despesas correntes previstos na lei — afirmou.

Na opinião do senador, com a contenção de gastos da União e dos estados, "o que está sendo exigido é que não dependamos de recursos externos voláteis". O que é de se estranhar, segundo Amin, é que as medidas de ajuste não tenham sido tomadas há

mais tempo.

— Não se deve depender de dinheiro de motel — disse, lembrando que, várias vezes, alertou para os riscos de uma política econômica de financiamento do setor público baseada na captação de recursos externos voláteis. Para o senador, houve um equívoco do governo na manutenção dessa política, mesmo porque os recursos captados não foram direcionados para investimentos, mas para custeio.

Os efeitos dessa política, acrescentou, foram o aumento vertiginoso da dívida pública interna — hoje, o principal problema das finanças públicas — e, por conta de "uma abertura comercial atabalhoada", a destruição do parque industrial têxtil, entre outros.

João Rocha sugere financiamento

A adoção do financiamento público das campanhas eleitorais oferece ônus infinitamente menores para a sociedade do que o atual sistema, afirmou sexta-feira, em discurso no plenário, o senador João Rocha (PFL-TO).

Se for aprovada proposta nesse sentido, disse ele, haverá um avanço no processo de modernização das instituições políticas. Para o senador, além de valorizar a cidadania, a proposta vai democratizar o



João Rocha quer mudar o financiamento das campanhas eleitorais

acesso de todas as camadas sociais nas instâncias dos poderes Executivo e Legislativo.

— É evidente que a adoção desse sistema deve ser precedida de uma reforma do Judiciário, para lhe dar meios de fiscalizar o uso do dinheiro público pelos partidos, e de uma ampla reforma político-partidária. Entendo ter chegado a hora de dar um basta a essa forma predatória de se fazer política — disse ele.

Patrocínio aplaude eleição de Siqueira



Patrocínio

Ao registrar a vitória de Siqueira Campos, reeleito governador do Tocantins, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) ressaltou que "felicemente a população do estado reconheceu o trabalho e a seriedade do nosso candidato, elegendo-o com mais de 61% dos votos, numa verdadeira aclamação popular".

Segundo Patrocínio, o fato de Siqueira Campos ser um governador que imprime forte ritmo de desenvolvimento ao Tocantins, "tornando-o o estado que mais cresce no país" — em torno de 7,8% por ano —, propiciou uma reeleição tranquila. O desempenho do filho do governador, Eduardo Siqueira Campos, na prefeitura de Palmas, também o credenciou a eleger-se senador, com 78% de preferência do eleitorado, acrescentou.

Quanto às medidas de contenção anunciadas pelo governo federal em relação aos estados e municípios, Patrocínio disse que o Executivo e o Congresso deveriam votar com urgência uma reforma fiscal que priorize o aumento da base tributária, evitando a sonegação, e que não sacrifique ainda mais a arrecadação dos municípios e o bolso do assalariado.



Segundo Marluce, as urnas eletrônicas não foram suficientes para evitar fraudes

Marluce aponta fraudes eleitorais em Roraima

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) denunciou, sexta-feira, fraude nas eleições em Roraima. Apesar de as eleições terem sido realizadas com urnas eletrônicas em todas as seções de votação, a senadora afirma ter relatos de pessoas que não conseguiram localizar os seus votos após a apuração.

— Não faltaram aos políticos inescrupulosos meios para fraudar as urnas eletrônicas. Muitos votos não apareceram. A fraude se deu em proporções nunca vistas no Brasil — afirmou Marluce.

As reclamações da senadora, terceira colocada nas eleições para governador em Roraima, fizeram eco ao pronunciamento de ontem do senador Romero Jucá (PFL-RR), que denunciou o abuso do poder econômico nas eleições de Roraima por parte do governador Neudo Campos, candidato à reeleição.

Segundo Marluce, o ministro da

Justiça, Renan Calheiros, a quem visitou na quinta-feira em companhia de Jucá, teria afirmado que já soube de fraudes em seu estado (Alagoas), mas nunca teria visto nada igual. Os senadores também estiveram no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para garantir que haja lisura no segundo turno.

— Se não houver fraudes, ele não ganhará a eleição — disse Marluce, referindo-se ao governador do estado.

Para a senadora, o Congresso errou ao aprovar a emenda constitucional que permitiu a reeleição para presidente, governadores e prefeitos sem exigir a desincompatibilização dos cargos.

— Com os governadores disputando as eleições nos cargos, houve perda de competitividade dos demais candidatos. O abuso do poder econômico foi maior que em qualquer outra eleição — avaliou.

Cabral quer mudar regras da Zona Franca

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) apresentou projeto para modificar o decreto que regula a Zona Franca de Manaus e permitir a automática aprovação de pleito de habilitação aos incentivos fiscais quando, no prazo de 60 dias, o Conselho de Administração da Suframa não deliberar. Pelo projeto, fica prevista também a prévia publicação do pleito e sua discussão pela comunidade.

Ele afirmou que a aprovação automática do pleito tem o objetivo de impedir que, por negligência estatal, venham a ser criadas dificuldades para a fabricação de produto que não conte com a exigência do processo produtivo básico.

Ao justificar a proposta, Cabral disse que a crescente complexidade tecnológica dos produtos industrializados microeletrônicos resultou na impossibilidade técnica de exigir-se índices mínimos numéricos de nacionalização como requisito para receber incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus.

João Rocha diz que brasileiro se alimenta mal

Ao analisar as conclusões do XV Congresso de Nutrição, realizado em Brasília, o senador João Rocha (PFL-TO) defendeu uma política agrícola definida e de apoio ao produtor. "Muitos esquecem que a agricultura tem sido o principal sustentáculo do Plano Real, pois o fornecimento de alimentos e matérias-primas a preços baixos é a maneira mais segura de conter o processo inflacionário", afirmou João Rocha.

Segundo o senador, as conclusões do congresso demonstram que o brasileiro geralmente come mal, consumindo alimentos inadequados e de forma não balanceada.

O problema da má alimentação não atinge apenas as camadas mais pobres da população. As conclusões do congresso demonstram que pessoas de nível de renda elevado estão desnutridas, descalcificadas e desmineralizadas, correndo o risco de contrair osteoporose, por terem substituído o leite por refrigerantes e doces.

Quintanilha lamenta prejuízos com a seca prolongada em TO

As queimadas tardias, segundo o senador, ainda prejudicam os produtores rurais e toda a economia do Tocantins

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse na sexta-feira, em discurso no plenário, que são grandes os prejuízos para produtores, criadores de gado e toda a economia do Tocantins, devido às queimadas que vêm ocorrendo nesta época de seca na região. Para o senador, o aumento do período em que ocorre a seca no Centro-Oeste ainda é efeito do fenômeno climático *El Niño*.

— Há grande preocupação do povo tocantinense com a seca na região. Os efeitos do *El Niño* não deixaram incólumes várias regiões do Brasil, particularmente o

Tocantins — afirmou.

Conforme Quintanilha, o período seco prolongado tem provocado o esvaziamento dos rios, açudes e mananciais, prejudicando os animais da região. Para agravar a situação, as cidades do Tocantins têm dificuldades de buscar recursos alternativos para que possam se abastecer de água.

O estado está praticamente todo queimado, segundo o senador, que descreveu uma paisagem de desolação com a queimada de pastagens e a morte de animais. Quintanilha prevê mais prejuízos caso continue o atual período da seca.



Quintanilha aponta *El Niño* como responsável pelo esvaziamento de rios

Paulo Guerra assume vaga de Sarney

Em razão de licença do senador José Sarney (PMDB-AP), assumiu na sexta-feira o suplente Paulo Guerra, ex-deputado federal, professor e técnico em Administração e Planejamento Educacional e pós-graduado em Administração de Sistemas Educacionais pela Fundação Getúlio Vargas. Paulo Guerra exercerá o mandato até fevereiro de 99.

Ex-professor da Universidade Federal do Pará e governador substituto do território do Amapá em diversas oportunidades, quando deputado Paulo Guerra apresentou na Câmara projetos sobre a melhoria da rede de ensino de 1º e 2º graus e plano quadrienal de educação e cultura do Amapá.



O suplente Paulo Guerra ficará até fevereiro

Na presidência da sessão, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) empossou Paulo Guerra, tendo antes designado comissão para introduzi-lo em plenário. Formaram a comissão os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Nabor Júnior

(PMDB-AC) e Marluce Pinto (PMDB-RR).

Paulo Guerra prestou o compromisso regimental de guardar a Constituição e as leis do país. Nascido em Macapá, ele é filiado ao PMDB.

Lauro pede seguro-desemprego por oito meses

Projeto do senador Lauro Campos (PT-DF) estabelece que o prazo máximo de pagamento do seguro-desemprego será de oito meses. Atualmente, o seguro é concedido pelo período mínimo de três e máximo de cinco meses. O projeto, que modifica a Lei 8.900/94, será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos e tem parecer contrário do senador Bello Parga.

Para conseguir o período máximo do benefício, o trabalhador precisará comprovar vínculo empregatício por, no mínimo, 36

meses. O projeto altera o período de referência de tempo de serviço de 36 para 48 meses. O número máximo de parcelas do seguro-desemprego continua podendo ser prolongado em até dois meses para grupos específicos de segurados e a critério do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), desde que o gasto adicional representado não ultrapasse a cada semestre 10% da reserva do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Em sua justificativa, o senador Lauro Campos comenta: "Nos paí-

ses que detêm elevado nível de desenvolvimento tecnológico o desemprego atinge taxas muito altas. O problema vem sendo enfrentado, principalmente, com uma série de políticas sociais compensatórias, que, se não resolvem o problema, criam condições para que o trabalhador mantenha mínimos padrões de vida durante o período de desemprego. Urge aperfeiçoar o aparato institucional legal, adaptando-o à situação do desemprego que se agrava no país".



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 13 DE OUTUBRO DE 1998

PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 15/98, que dispõe sobre o total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal; *Requerimento nº 455/98, do senador Eduardo Suplicy, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 81/95 e 129/98, por versarem sobre as sociedades cooperativas; e *Requerimento nº 473/98, do senador Wilson Kleinübing, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 217/97, com os de nºs 51 e 137/96 por versarem sobre legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas.

ESPECIAL

A Coordenação de Relações Públicas realizará uma programação especial em atenção ao dia das crianças, voltada especificamente para os filhos dos funcionários do Senado Federal.
▶ 9h - Os pais devem deixar os filhos no Salão Negro, aos cuidados da equipe da CRP, que os conduzirá a uma visita ao Senado.
▶ 10h - As crianças serão encaminhadas ao Auditório Petrônio Portella, onde será exibido o filme *O Menino Maluquinho 2 - A Aventura*.
▶ 12h - Os pais deverão buscar as crianças no auditório.

PREVISÃO DOS TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (14.10.98)
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Requerimento nº 365/98, do senador Odacir Soares, solicitando a tramitação conjunta da PEC nº 19/98 com a de nº 63/95, por versarem sobre o Tribunal Superior do Trabalho - juízes classistas.

COMISSÕES

Quarta-feira (14.10.98)
▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
1ª Parte: Audiência pública com sabatina
Pauta: Apreciação de mensagens presidenciais submetendo à aprovação do Senado Federal a recondução de Leonaldo Silva e Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo como ministros classistas temporários do TST, e a indicação de Maria de Fátima Montandon Gonçalves e José Alberto Rossi para suplentes de ministros classistas do mesmo tribunal, todos representando os trabalhadores.
2ª Parte: Apreciação de matérias
Pauta: Apreciação de diversos projetos, destacando-se: *PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de Fomento Mercantil - *Factoring*; *PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados; *PLS nº 125/97, que autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento; *PLS nº 30/97, que altera a Lei nº 7.210/84 - Lei de Execução Penal, que dispõe sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados; *PLC nº 12/98, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio; e *PLC nº 52/94, que dispõe sobre o arquivamento de processos judiciais. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*